ACÓRDÃO Nº881

CON / Polícia Militar do Estado de Santa Catarina

Consulta acerca da interpretação de dispositivos legais da Lei n.13.954 de 16 de dezembro de 2019

Processo	Nº 2100288665
Acórdão	Nº 881
Órgão Julgador	Plenário
Relator	SABRINA NUNES IOCKEN
Publicação	25/10/2021
Julgamento	13/10/2021

EMENTA

CONSULTA. CONHECIMENTO. ARTS. 24-F E 24-G DO DECRETO-LEI Nº 667/1969, ACRESCENTADOS PELA LEI Nº 13.954/2019. INTERPRETAÇÃO. Segundo consta no art. 24-F do Decreto-Lei nº 667/1969, será assegurado o direito adquirido para a transferência para a reserva remunerada conforme as regras vigentes ao militar que preencha os requisitos exigidos pela norma até 31/12/2021, ainda que venha permanecer na ativa. Com relação ao parágrafo único do art. 24-G do referido DL, o qual trata especificamente do tempo de atividade de natureza militar, tem-se que: a) a expressão “tempo mínimo” corresponde ao tempo mínimo de atividade de natureza militar, até então chamado de tempo de efetivo serviço; b) o termo “por ano” refere-se a cada ano completo faltante para atingir o tempo de exercício de atividade militar até a data de 31/12/2021, não sendo consideradas as frações; e c) o fato gerador para a sua incidência é o dia 01/01/2022, sendo este o marco para a contagem do acréscimo dos 4 meses a cada ano faltante para alcançar o mínimo exigido pela legislação do ente federativo.

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

Decreto-Lei 667/1969 - Número: 667, Ano: 1969

Lei 13.954/19 - Número: 13954, Ano: 2019

Decreto Estadual 419/19 - Número: 419, Ano: 2019

VEJA

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Consulta. Conhecimento. Servidor militar estadual. Transferência. Direito adquirido. Tempo mínimo. Reserva remunerada. Interpretação.

O TCE/SC respondeu à Consulta formulada pelo Comandante Geral da Polícia Militar e pelo Comandante Geral do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina com os seguintes questionamentos: "1 - Qual o fato gerador para incidência do Parágrafo Único do art. 24-G do Decreto-Lei nº 667/69? A data de 1º de Janeiro de 2022 ou a data em que o militar completa o tempo mínimo de contribuição exigido somado de 17% e solicita a transferência para a reserva remunerada? 2 - O termo 'tempo mínimo' consignado no Parágrafo Único do artigo 24-G do Decreto-Lei nº 667/69 se refere ao tempo de contribuição mínimo exigido pelo ente federativo ou tempo de efetivo serviço mínimo exigido pelo ente federativo?"

E ainda: "Independente da orientação dos questionamentos acima, torna-se necessário firmar entendimento em relação ao termo "por ano", consignado no Parágrafo Único do artigo 24-G do Decreto-Lei nº 667/69. 3. a) Digamos, por exemplo, que falte 11 meses para completar 25 anos de atividade de natureza militar. b) Qual o entendimento? 1 - Não se aplica o dispositivo? 2 - Ou de 1 (um) a 365 dias que faltam para completar os 25 anos de atividade de natureza militar se contabiliza 4 meses e a partir de 366 dias contabiliza-se mais 4 meses, totalizando 8 meses e assim por diante? d) É legal aplicar a proporcionalidade? 4 - Para aqueles que porventura, durante a vigência do Decreto Estadual nº 419/19, que regulamentou o art. 26 da Lei nº 13.954/19, perfectibilizar as exigências legais para a transferência para a reserva remunerada nas regras anteriores, lhe é assegurado o direito adquirido? B) ou somente aqueles que cumpriram todas as exigências em 31 de dezembro de 2019? c) Para aqueles que perfectibilizaram as exigências durante a vigência do Decreto Estadual nº 419/19, e que porventura resolverem permanecer na ativa, passa a considerar a novel legislação em sua plenitude no que tange a incidência do inciso I e Parágrafo único do art. 24-G do Decreto-Lei nº 667/69?".

Para a Relatora, caso o militar estadual preencha os requisitos exigidos pela lei vigente, até 31 de dezembro de 2021, ser-lhe-á assegurado o direito adquirido para a transferência para a reserva remunerada conforme as regras anteriores, ainda que venha a permanecer na ativa, não havendo o que se falar, desta forma, em incidência do inciso I e do Parágrafo único do art. 24-G do Decreto-Lei nº 667/69, mesmo para aqueles que não requeiram, de imediato, a transferência para a reserva remunerada (interpretação dada ao art. 24-F do Decreto-Lei nº 667/1969).

Ela ainda observou que o fato gerador para a incidência do parágrafo único do art. 24-G do Decreto-Lei nº 667/1969, que trata do tempo mínimo de exercício de atividade de natureza militar, é o dia 01/01/2022, e não a data em que o militar completa o tempo mínimo de contribuição somado de 17% e, então, solicita a transferência para a reserva remunerada, de forma que a contagem do acréscimo dos 4 meses a cada ano faltante para alcançar o mínimo exigido pela legislação do ente federativo se dará a partir de 01/01/2022.

Sobre a expressão “tempo mínimo”, utilizada pelo legislador no parágrafo único do art. 24-G do Decreto-Lei nº 667/1969, a Relatora entendeu que corresponde ao tempo mínimo de atividade de natureza militar, o qual era, até então, chamado de tempo de efetivo serviço, já que o referido parágrafo trata especificamente do critério de pedágio para o tempo de exercício de atividade militar, enquanto os incisos I e II do caput tratam do tempo de serviço/contribuição, ou seja, o tempo total de serviço.

E por fim, a Relatora salientou que a interpretação a ser dada à expressão “a cada ano”, constante no parágrafo único do art. 24-G do Decreto-Lei nº 667/1969, é a de que a cada ano completo faltante para atingir o tempo de exercício de atividade militar até a data de 31/12/2021 devem ser acrescidos 4 meses aos 25 anos de tempo mínimo de exercício de atividade militar, de forma que não serão consideradas as frações ([Prejulgado 2296](#)) . [@CON-21/00288665](#). Relatora Conselheira Substituta Sabrina Nunes Locken.

PALAVRAS DE RESGATE

Consulta;

Pensão militar;

Aposentadoria;

Tempo de serviço;

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

ePapyrus © Todos os Direitos Reservados

Rua Bulcão Viana, 90, Centro, Florianópolis - SC CEP: 88.020-160

Telefone: (48) 3221-3600